



Caio Freitas Paes <caiopaes@apublica.org>

NOTA À AGÊNCIA PÚBLICA

Sen. Professora Dorinha Seabra <sen.professoradorinhaseabra@senado.leg.br>16 de dezembro de 2023 às
16:42

Para: "caiopaes@apublica.org" <caiopaes@apublica.org>

Nota a Agência Pública

Ao contrário do que foi divulgado, o Projeto de Lei 1199/23 trata da correção de uma situação que o Tocantins enfrenta desde a década de 1970, ainda quando era norte goiano.

Em 1971, período da ditadura militar, um decreto do Governo tomou todas as terras do Tocantins ao longo da BR-153 sob a justificativa de que eram consideradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais. Com isso, as cidades que margeiam a rodovia ficaram sem a devida documentação de terras, atingindo milhares de famílias.

Esse decreto foi revogado em 1987, mas a União ainda não devolveu essas áreas ao Estado do Tocantins.

A proposta apresentada pelo Senador Eduardo Gomes trata da correção dessa situação a partir da regularização fundiária, visto que quase 70% das terras estão, hoje, em posse da União. A intenção é que faça valer o direito do Tocantins ter as suas terras de volta, da mesma forma como ocorreu nos estados do Amapá e Roraima, pelo Projeto de Lei (PL) nº 1.304, de 2020, aprovado e convertido na Lei nº 14.004, de 26 de maio de 2020. Ademais, no parecer sobre o projeto, há a garantia de proteção das áreas da União que serão destinadas à reforma agrária, territórios indígenas e quilombolas, inclusive os que ainda não estão registrados oficialmente.

Após vários pedidos de solicitação de audiência com o Governo Federal, no dia 7 de dezembro, foi realizada uma reunião entre a Senadora Professora Dorinha Seabra, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, e o presidente do Inbra, Cesar Fernando Aldrighi. O resultado desse encontro foi a formação de um grupo de trabalho a partir de fevereiro do próximo ano para tratar desse assunto.

Cerca de 60 municípios e povoados à margem da BR-153 não possuem a devida documentação de suas áreas. Com a formação do referido grupo de trabalho, a expectativa é que, com um debate articulado entre a União e o Governo do Tocantins, essa situação possa ser regularizada.

Assessoria de Comunicação
Senadora Professora Dorinha Seabra